



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
15 e 16 de maio
de 2021

MPMA, Governo do Estado e Município firmam TAC para obras em Reassentamento Piquiá da Conquista

O **Ministério Público** do Maranhão firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o Governo do Estado para garantir obras no Reassentamento Piquiá da Conquista, originado da comunidade Piquiá de Baixo. O documento foi assinado na manhã desta quinta, 13, em evento realizado nas obras do assentamento, que deve ser concluído em junho de 2022.

Do **MPMA** assinaram o documento a titular da 3ª Promotoria de Justiça, Sandra Fagundes Garcia, e a promotora de justiça Letícia Teresa Sales Freire, que já foi titular da pasta.

Também subscreveram o secretário de Estado dos **Direitos Humanos** e Participação Popular, Francisco Gonçalves da Conceição; o secretário de Estado de Governo do Maranhão (Segov), Diego Galdino de Araújo; e a presidente da Associação dos Moradores do Piquiá de Baixo, Francisca Sousa Silva.

O TAC com o Município já havia sido assinado e tem a finalidade de garantir o funcionamento e manutenção das obras.

A multa em caso de descumprimento é de R\$1 mil por dia tanto para o Governo do Estado quanto para o Município.

Assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta com o Município os representantes do **Ministério Público**, do Assentamento e o prefeito de Açailândia, Aluísio Silva Sousa.

O Termo estabelece que o Governo do Estado construa escola e creche no valor orçado em R\$ 1, 3 milhão; uma praça com quadra esportiva, no valor de R\$1,2 milhão; uma Unidade Básica de Saúde orçada em R\$ 1,2 milhão e um mercado no valor de R\$ 300 mil. O Município fica obrigado a manter o funcionamento e conservação das instalações comunitárias.

"Esta é uma construção de um sonho. É uma conquista que vem sendo pleiteada por organizações internacionais, tendo sido levada inclusive ao Papa. Nós estamos ativamente lutando para que possamos inaugurar não só os equipamentos sociais, mas para

levar uma vida digna a todos os envolvidos", ressaltou a promotora de justiça Letícia Teresa Sales Freire, que esteve à frente das tratativas do Termo de Ajustamento de Conduta para o Reassentamento Piquiá da Conquista.

A promotora de justiça Sandra Fagundes relatou que esteve à frente das negociações para a assinatura do TAC com o Governo do Estado na última fase. A representante do **Ministério Público** relembrou a história de luta da comunidade a fim de conquistar uma moradia digna.

No evento, comprometeu-se a acompanhar e fiscalizar todo o processo de construção das obras prometidas pelo Estado e anunciou a participação do Município de Açailândia que também assinou documento para a manutenção dos serviços.

REASSENTAMENTO

Cerca de 1.100 pessoas vivem na Comunidade Piquiá de Baixo, no município de Açailândia.

Os impactos da indústria de mineração e siderurgia desde a década de 70 chamaram a atenção de organismos internacionais como a ONU.

As empresas descarregam e transportam diariamente minério de ferro e lingotes de ferro- gusa, o que, ao longo dos anos, traz para a população poluição do ar, da água, do solo, além de poluição sonora.

Desde então os moradores denunciam doenças respiratórias, oftalmológicas e dermatológicas, queimaduras graves e fatais. Atualmente as famílias aguardam a conclusão do Reassentamento em terreno de outra localidade, com 38 hectares e a construção de 312 casas. (lane Carolina / CCOM **MPMA**)

Site:

<https://oprogresonet.com/centraldocliente/assinatura-digital/download/283>

MPMA e OAB discutem exercício da advocacia municipalista

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu na manhã desta sexta-feira, 14, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), incluindo o presidente Thiago Diaz e o tesoureiro Kaio Saraiva, além do presidente da Comissão de Direito Municipal, Abdon Marinho, e de advogados integrantes da entidade. O motivo da visita foi discutir implicações da inexigibilidade de procedimento licitatório para a contratação de advogados ou escritórios de advocacia por administrações municipais ou entes públicos.

Do **MPMA**, também participou da reunião o **promotor de justiça** Ednarg Marques (diretor da Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça).

Para a Ordem dos Advogados do Brasil, apesar das previsões legais, ainda há controvérsias em diversas jurisdições do país, que levam advogados contratados pela administração pública a sofrerem condenações por **improbidade administrativa**.

"O que buscamos é a uniformização do entendimento da questão para os advogados exercerem o seu trabalho com segurança jurídica", afirmou Thiago Diaz.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, disse que a instituição vai analisar o caso com o intuito de obter um entendimento mais homogêneo da questão.

"O **Ministério Público** vai chegar a um consenso para definir em quais circunstâncias a contratação sem licitação de advogados pelos municípios é regular e quando não é", enfatizou.

Complementando a afirmação do chefe do **MPMA**, o **promotor de justiça** Ednarg Marques informou que o setor da Assessoria Técnica da PGJ já tem analisado os casos que envolvem contratações de advogados e que, em breve, vai elaborar uma nota técnica com o objetivo de uniformizar o entendimento e dirimir dúvidas dos promotores de justiça sobre a questão.

INEXIGIBILIDADE - O artigo 25 da Lei 8.666/1993 (Lei das Licitações) prevê que o procedimento é inexigível quando houver inviabilidade de competição. Uma das hipóteses dessa inviabilidade é a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização,

conforme dispõe o inciso II do artigo 25.

Entre tais serviços técnicos estão "patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas" (inciso V, também do artigo 13).

Na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 45), o Supremo Tribunal Federal (STF) já tem maioria para permitir a inexigibilidade de licitação para contratação de advogados por entes públicos, desde que sejam respeitados os princípios constitucionais que incidem na matéria, entre os quais a moralidade, a impessoalidade e a eficiência. (CCOMMPMA com informações do site ConJur)

Site:

<https://oprogresonet.com/centraldocliente/assinatura-digital/download/283>

MPMA e OAB discutem exercício da advocacia municipalista

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu na manhã desta sexta-feira, 14, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), incluindo o presidente Thiago Diaz e o tesoureiro Kaio Saraiva, além do presidente da Comissão de Direito Municipal, Abdon Marinho, e de advogados integrantes da entidade. O motivo da visita foi discutir implicações da inexigibilidade de procedimento licitatório para a contratação de advogados ou escritórios de advocacia por administrações municipais ou entes públicos.

Do **MPMA**, também participou da reunião o **promotor de justiça** Ednarg Marques (diretor da Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça).

Para a Ordem dos Advogados do Brasil, apesar das previsões legais, ainda há controvérsias em diversas jurisdições do país, que levam advogados contratados pela administração pública a sofrerem condenações por **improbidade administrativa**. "O que buscamos é a uniformização do entendimento da questão para os advogados exercerem o seu trabalho com segurança jurídica", afirmou Thiago Diaz.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, disse que a instituição vai analisar o caso com o intuito de obter um entendimento mais homogêneo da questão. "O **Ministério Público** vai chegar a um consenso para definir em quais circunstâncias a contratação sem licitação de advogados pelos municípios é regular e quando não é", enfatizou.

Complementando a afirmação do chefe do **MPMA**, o **promotor de justiça** Ednarg Marques informou que o setor da Assessoria Técnica da PGJ já tem analisado os casos que envolvem contratações de advogados e que, em breve, vai elaborar uma nota técnica com o objetivo de uniformizar o entendimento e dirimir dúvidas dos promotores de justiça sobre a questão.

INEXIGIBILIDADE

O artigo 25 da Lei 8.666/1993 (Lei das Licitações) prevê que o procedimento é inexigível quando houver inviabilidade de competição. Uma das hipóteses dessa inviabilidade é a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, conforme dispõe o inciso II do artigo 25. Entre tais serviços técnicos estão "patrocínio

ou defesa de causas judiciais ou administrativas" (inciso V, também do artigo 13).

Na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 45), o Supremo Tribunal Federal (STF) já tem maioria para permitir a inexigibilidade de licitação para contratação de advogados por entes públicos, desde que sejam respeitados os princípios constitucionais que incidem na matéria, entre os quais a moralidade, a impessoalidade e a eficiência.

Site: <https://omaranhense.com/mpma-e-oab-discutem-exercicio-da-advocacia-municipalista/>

Astro de Ogum anuncia retomada das discussões sobre o novo Plano Diretor de São Luís

Eleito por votação unânime para presidir a Comissão, o decano no Parlamento Ludovicense anunciou que, a partir de agora, irá conduzir a retomada das discussões sobre o Plano Diretor da Cidade de São Luís.

"A nossa prioridade agora será trabalhar a mil por hora, se Deus quiser, para recomeçar o quanto antes o debate sobre a ocupação do solo urbano à luz do projeto do novo Plano Diretor desta cidade", declarou o parlamentar.

Ele fez questão de agradecer o apoio dos colegas, inclusive do presidente da Casa, Osmar Filho, que o indicaram para presidir a Comissão. Além de Astro de Ogum, agora compõem a Comissão de **Mobilidade Urbana** os vereadores Octávio Soeiro, Aldir Júnior, Paulo Victor e Ribeiro Neto. O vereador Chaguinhas é o suplente da Comissão.

As pautas de reuniões da Comissão ainda não foram definidas mas, segundo o edil, já há um consenso para que a agenda de trabalho tenha como foco principal a discussão sobre questões pendentes do novo Plano Diretor, que vêm se arrastando desde a legislatura passada.

Site: <http://www.blogdodavimax.com.br/2021/05/astro-de-ogum-anuncia-retomada-das.html>

Aspa busca acabar com a fragilidade da segurança nas escolas do Maranhão

O presidente interino da Aspa, Rodrigo Guará, afirmou que é preciso

transformar as escolas em fortalezas de segurança contra ataques (Foto: Gilson Ferreira)

O ataque a uma creche em Saudades (SC), ocorrido no dia 4 deste mês, trouxe uma preocupação à Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (Aspa-MA): como está a segurança dos colégios maranhenses? No dia seguinte do assassinato brutal de três crianças e duas professoras na Escola Municipal Infantil Pró-Infância Aquarela, a Aspa elaborou uma carta aberta que busca com as redes municipal, estadual e privada de ensino, a elaboração de um plano que assegure a integridade física dos estudantes e professores, no ambiente escolar.

Em entrevista ao Jornal Pequeno, o presidente interino da Aspa, Rodrigo Guará Nunes, informou ter feito uma pesquisa online e que nela encontrou numa matéria jornalística o mapa de dez crimes que chocaram o país, ocorridos em escolas, entre os anos de 2002 e 2019. Foram casos que aconteceram na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí, Paraíba, Goiás, e no Paraná.

No somatório de todos eles, dez pessoas morreram e 11 ficaram feridas. Os autores tinham entre 17 a 25 anos, todos eram homens. No Maranhão, nenhuma chacina, mas há casos de crimes e ataques registrados em escolas.

Em 2019, Rafael Silva dos Reis, de 18 anos, foi preso em Balsas, após ter afirmado em uma rede social que iria invadir uma escola e matar a todos. Na delegacia, Rafael Reis pediu desculpas à população de Balsas e disse que foi só uma brincadeira de mau gosto.

Ainda no Maranhão, em 2016, um aluno armado disparou contra outro estudante na calçada da Unidade Integrada João Paulo II, bairro do Habitacional Turu, em São Luís.

No ano de 2015, um jovem identificado como Jabson Moura Santos, 18, que, segundo a polícia ele sofria de depressão, entrou armado na escola Estadual Inácio Passarinho, em Caxias, e atirou nele mesmo. Jobson foi socorrido, passou por uma cirurgia e sobreviveu.

Em 2012, dois homens se passaram por pais de alunos, entraram na UEB Galileu Clementino, localizada no bairro Vila Vitória, em São Luís, e tentaram roubar a arma do vigilante. Houve troca de tiros, o vigilante e um dos assaltantes foram atingidos.

Para Rodrigo, os estabelecimentos de ensino precisam se tornar fortalezas para evitar estes episódios. Segundo Rodrigo, detectores de metais, iguais aos de aeroporto, e câmeras de monitoramento estão entre as soluções sugeridas pela Aspa. Treinamento de alunos sobre como proceder em caso de um atirador invadir uma escola, também.

Para Rodrigo, a última chacina, a que aconteceu em Saudades, além de outros ataques sangrentos em ambientes escolares, devem motivar mudanças nas leis, principalmente no Maranhão.

"Eu já fui secretário de Educação na cidade de Grajaú. Este cargo me fez conhecer, de fato, a realidade que a rede educacional do Maranhão passa por conta de violência. A intenção da Aspa é provocar resoluções nos políticos, e que possamos trabalhar em conjunto com pais, instituições que representem colégios pequenos, médios e grandes, e a categoria de profissionais da educação", destacou Rodrigo.

Em seu currículo, o presidente interino da Aspa também carrega a experiência de já ter sido vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

De acordo com Rodrigo, a carta aberta da Aspa é um alerta e um pedido de ajuda às autoridades do Maranhão. "Queremos o controle de entrada e saída de pessoas não identificadas nas escolas; o trabalho de conscientização sobre a violência para todos no ambiente escolar; e o reforço no patrulhamento da Polícia Militar ou de guardas municipais, queremos uma política de parceria", destacou Rodrigo Guará.

O atual presidente da Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão informou que a carta aberta foi encaminhada para a Câmara de Vereadores de São Luís e Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Em segundo plano, segundo Rodrigo, a Aspa tentará

contato direto com os secretários de Educação do interior do estado, pois os pedidos da associação são para todas os colégios maranhenses. Ele disse que na próxima terça-feira (18) se reunirá com o deputado estadual Yglésio Moyses.

ASPA

A Aspa foi criada no dia 12 de março de 2020, quando aulas de inglês passaram a ser obrigatórias, e colégios particulares de São Luís aumentaram a carga horária no ensino da língua estrangeira, e passaram a exigir a compra exclusiva de livros da editora Pink and Blue (PBF).

Pais de estudantes matriculados nestas instituições reagiram às decisões tomadas pelas escolas, alegando terem sido feitas de forma unilateral. Naquela época, famílias acionaram o **Procon** e o **Ministério Público**, por meio da 1ª Promotoria de Defesa do Consumidor, para tomada de providências.

A associação tem cinco grupos de WhatsApp, com média de 200 pais ou responsáveis por alunos, em cada um deles.

CHACINA EM CRECHE

A tragédia são as mortes de pelo menos cinco pessoas, depois que um jovem de 18 anos invadiu a Escola Municipal Infantil Pró-Infância Aquarela e golpeou professores e crianças com uma arma branca semelhante a um facão. O episódio deixou em choque a cidade de Saudades, que tem 9.810 habitantes, segundo estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e nunca tinha testemunhado casos de violência parecidos.

Entre os mortos estão uma professora, Keli Adriane Aniecevski, 30, uma agente de educação, Mirla Amanda Renner Costa, 20, e três crianças menores de dois anos.

O jovem também se cortou com a arma, sendo encaminhado a um hospital com ferimentos no pescoço, abdômen e tórax, segundo as forças de segurança do estado.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/05/16/aspa-busca-acabar-com-a-fragilidade-da-seguranca-nas-escolas-do-maranhao/>